

ANEXO XVI

Tabela de Subsídio - Distribuidor, Contador e Partidor

Nível	Classe				
		A	B	C	D
Nível	I	R\$ 3.889,25	R\$ 4.394,85	R\$ 4.966,18	R\$ 5.611,79
	II	R\$ 4.200,39	R\$ 4.746,44	R\$ 5.363,48	R\$ 6.060,73
	III	R\$ 4.536,42	R\$ 5.126,16	R\$ 5.792,56	R\$ 6.545,59
	IV	R\$ 4.899,33	R\$ 5.536,25	R\$ 6.255,96	R\$ 7.069,24
	V	R\$ 5.291,28	R\$ 5.979,15	R\$ 6.756,44	R\$ 7.634,77
	VI	R\$ 5.555,85	R\$ 6.278,11	R\$ 7.094,26	R\$ 8.016,51
	VII	R\$ 5.833,64	R\$ 7.000,37	R\$ 8.400,44	R\$ 10.080,53
	VIII	R\$ 6.125,32	R\$ 7.350,38	R\$ 8.820,46	R\$ 10.584,55
	IX	R\$ 6.431,59	R\$ 7.717,90	R\$ 9.261,48	R\$ 11.113,78
	X	R\$ 6.753,17	R\$ 8.103,80	R\$ 9.724,56	R\$ 11.669,47
	XI	R\$ 7.090,82	R\$ 8.508,99	R\$ 10.210,79	R\$ 12.252,94

ANEXO XVII

Tabela de Subsídio - Oficial de Justiça

Nível	Classe				
		A	B	C	D
Nível	I	R\$ 5.172,72	R\$ 5.845,17	R\$ 6.605,05	R\$ 7.463,70
	II	R\$ 5.586,54	R\$ 6.312,79	R\$ 7.133,45	R\$ 8.060,80
	III	R\$ 6.033,46	R\$ 6.817,81	R\$ 7.704,13	R\$ 8.705,66
	IV	R\$ 6.516,14	R\$ 7.363,24	R\$ 8.320,46	R\$ 9.402,12
	V	R\$ 7.037,43	R\$ 7.952,29	R\$ 8.986,09	R\$ 10.154,28
	VI	R\$ 7.389,30	R\$ 8.349,91	R\$ 9.435,40	R\$ 10.662,00
	VII	R\$ 7.758,76	R\$ 9.310,52	R\$ 11.172,62	R\$ 13.407,15
	VIII	R\$ 8.146,70	R\$ 9.776,04	R\$ 11.731,25	R\$ 14.077,50
	IX	R\$ 8.554,04	R\$ 10.264,85	R\$ 12.317,82	R\$ 14.781,38
	X	R\$ 8.981,74	R\$ 10.778,09	R\$ 12.933,71	R\$ 15.520,45
	XI	R\$ 9.430,83	R\$ 11.316,99	R\$ 13.580,39	R\$ 16.296,47

ANEXO XVIII

Tabela de Subsídio - Agente da Infância e Juventude

Nível	Classe				
		A	B	C	D
Nível	I	R\$ 3.217,52	R\$ 3.635,80	R\$ 4.108,45	R\$ 4.642,55
	II	R\$ 3.474,92	R\$ 3.926,66	R\$ 4.437,13	R\$ 5.013,95
	III	R\$ 3.752,92	R\$ 4.240,79	R\$ 4.792,10	R\$ 5.415,07
	IV	R\$ 4.053,15	R\$ 4.580,06	R\$ 5.175,47	R\$ 5.848,28
	V	R\$ 4.377,40	R\$ 4.946,46	R\$ 5.589,50	R\$ 6.316,14
	VI	R\$ 4.596,27	R\$ 5.193,79	R\$ 5.868,98	R\$ 6.631,94
	VII	R\$ 4.826,08	R\$ 5.791,30	R\$ 6.949,56	R\$ 8.339,47
	VIII	R\$ 5.067,39	R\$ 6.080,87	R\$ 7.297,04	R\$ 8.756,45
	IX	R\$ 5.320,76	R\$ 6.384,91	R\$ 7.661,89	R\$ 9.194,27
	X	R\$ 5.586,80	R\$ 6.704,15	R\$ 8.044,99	R\$ 9.653,98
	XI	R\$ 5.866,14	R\$ 7.039,36	R\$ 8.447,23	R\$ 10.136,68

ANEXO XIX

Tabela de Subsídio - Auxiliar Judiciário

Nível	Classe			
		A	B	C
Nível	I	R\$ 2.298,23	R\$ 2.597,00	R\$ 2.934,61
	II	R\$ 2.482,09	R\$ 2.804,76	R\$ 3.169,38
	III	R\$ 2.680,66	R\$ 3.029,14	R\$ 3.422,93
	IV	R\$ 2.895,11	R\$ 3.271,47	R\$ 3.696,76
	V	R\$ 3.126,72	R\$ 3.533,19	R\$ 3.992,50
	VI	R\$ 3.283,05	R\$ 3.709,85	R\$ 4.192,13
	VII	R\$ 3.447,20	R\$ 4.136,65	R\$ 4.963,98
	VIII	R\$ 3.619,57	R\$ 4.343,48	R\$ 5.212,17
	IX	R\$ 3.800,54	R\$ 4.560,65	R\$ 5.472,78
	X	R\$ 3.990,57	R\$ 4.788,68	R\$ 5.746,42
	XI	R\$ 4.190,10	R\$ 5.028,12	R\$ 6.033,74

(...)"

Art. 11 A alteração das tabelas de subsídios previstas no art. 10 desta Lei não implica reenquadramento funcional de classe e nível.

Art. 12 A contagem de tempo para as progressões horizontal e vertical não será interrompida, bem como não sofrerá qualquer alteração em decorrência dos efeitos desta Lei.

Art. 13 Os efeitos da implementação da progressão horizontal fundamentada nas novas exigências de qualificação terão início:

I - a partir da data da publicação desta Lei, se já transcorridos os 5 (cinco) anos de efetivo exercício na classe anterior e os documentos comprobatórios de qualificação estiverem integralmente na Página do Servidor;

II - a partir da apresentação dos documentos comprobatórios de qualificação, se já transcorridos os 5 (cinco) anos de efetivo exercício na classe anterior, mas ausentes/incompletos os registros de capacitação.

Parágrafo único O disposto neste artigo aplica-se à implementação do acréscimo ao subsídio previsto no § 1º do art. 26 da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008.

Art. 14 A definição das áreas afins ao Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso será regulamentada por Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça em até 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

Art. 15 As despesas resultantes da execução desta Lei serão suportadas por dotação orçamentária própria e suplementadas, se necessário.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 07 de julho de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

MAURO MENDES
Governador do Estado

LEI Nº 12.177, DE 07 DE JULHO DE 2023.

Autor: Tribunal de Justiça

Dispõe sobre a contratação de pessoal em regime especial por prazo determinado, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a contratação de pessoal em regime especial por prazo determinado, para atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, em observância ao disposto no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e no inciso VI do art. 129 da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso poderá realizar a contratação de pessoal por tempo determinado nas condições, prazos e regime especial previstos nesta Lei.

Art. 3º Para fins desta Lei, considera-se como de excepcional interesse público as contratações por tempo determinado que visem:

I - à redução de estoque processual ou de volume de trabalho acumulado, decorrente de evento sazonal e não previsto, que não possa ser atendido adequadamente pelo quadro de servidores existentes;

II - ao atendimento de situações motivadamente urgentes, consequentes de decisão judicial;

III - às atividades técnicas especializadas de tecnologia da informação, de comunicação e de revisão de processos de trabalho e que não se caracterizem como atividades permanentes do Poder Judiciário;

IV - a atender as atividades que, em razão das rotinas e procedimentos executados por sistema de processo judicial eletrônico, tornar-se-ão obsoletas no curto ou médio prazo, em decorrência do contexto de transformação social econômica ou tecnológica, que torne desvantajoso o provimento efetivo de cargos em relação às contratações previstas nesta Lei.

Art. 4º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será realizado por meio de processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive por meio do Diário da Justiça eletrônico do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

§ 1º O processo seletivo simplificado deverá atender aos seguintes requisitos mínimos de validade:

I - ampla publicidade, inclusive da motivação da necessidade das contratações;

II - estabelecimento de critérios objetivos de julgamento e avaliação, a serem estabelecidos no edital de convocação;

III - inexistência de critérios que dificultem a recorribilidade das decisões da comissão de avaliação e julgamento, por parte dos candidatos, bem como pelo controle externo e social;

IV - vinculação às regras do edital e à classificação final do certame.

§ 2º O processo seletivo simplificado terá as suas características regulamentares adequadas às especificidades e motivos das contratações, nos termos do respectivo edital.

§ 3º Compete à Presidência do Tribunal de Justiça autorizar a realização do processo seletivo.

Art. 5º A contratação em regime especial será realizada por tempo determinado, pelo prazo de até um ano, prorrogável por igual período.

Parágrafo único As prorrogações devem ser formalizadas em termo aditivo ao contrato inicial e encaminhadas para autorização do Presidente do Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do termo final de vigência do contrato e plenamente demonstrada a necessidade de prorrogação da contratação nos termos desta Lei.

Art. 6º As contratações na forma da presente Lei somente poderão ser feitas com estrita observância do art. 167 da Constituição do Estado de Mato Grosso, bem como dos limites de gastos com pessoal e mediante prévia e expressa autorização do Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 7º É proibida a contratação em regime especial de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo único Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração ao disposto neste artigo sujeitará em responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive, e se for o caso, na solidariedade quanto à devolução dos valores eventualmente pagos ao contratado.

Art. 8º A remuneração do pessoal contratado em regime especial será equivalente ao subsídio inicial do respectivo cargo de provimento efetivo previsto na Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008.

§ 1º Ao contratado em regime especial serão devidos:

I - auxílio-alimentação, previsto na Lei nº 9.547, de 3 de junho de 2011;

II - férias;

III - gratificação natalina;

IV - Verba Indenizatória para Cumprimento de Mandados da Justiça Gratuita, prevista no art. 41, parágrafo único, da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, quando aplicável à respectiva carreira;

V - Verba Indenizatória por Atividade Externa, prevista no art. 62, § 1º, da Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, quando aplicável à respectiva carreira.

§ 2º É vedado o pagamento de qualquer outro benefício ou a equiparação de remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Art. 9º O pessoal contratado nos termos desta Lei fica vinculado, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único O pessoal contratado nos termos desta Lei será submetido ao regime jurídico-administrativo especial, aplicando-lhe, no que couber, as disposições da Lei Complementar nº 04, de 15 de outubro de 1990.

Art. 10 As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, nos termos da Lei Complementar nº 04, de 15 de outubro de 1990, e do ato pertinente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Art. 11 São hipóteses de extinção do contrato, sem direito à indenização:

I - o término, pelo fim do prazo contratual;

II - a rescisão, por iniciativa do contratado;

III - a rescisão, por iniciativa do contratante;

IV - o fim da causa excepcional que justificou a contratação;

V - a nomeação ou designação do contratado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão.

Art. 12 É vedado o desvio de função de pessoa contratada na forma desta Lei, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil do gestor imediato do contratado.

Art. 13 A contratação nos termos desta Lei não confere direitos e expectativa de direito à efetivação no serviço público estadual.

Art. 14 Ato do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça regulamentará, no que couber, esta Lei.

Art. 15 As despesas resultantes da execução desta Lei serão suportadas por dotação orçamentária própria e suplementadas, se necessário.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 07 de julho de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

MAURO MENDES

Governador do Estado

LEI Nº 12.178, DE 07 DE JULHO DE 2023.

Autor: Deputado Fabio Tardin "Fabinho"

Dispõe sobre a instituição do Selo Empresa Saudável no âmbito do Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Selo Empresa Saudável a ser conferido a empresas privadas, com sede no Estado de Mato Grosso, que promovam o incentivo a alimentação e hábitos saudáveis dos seus funcionários.

§ 1º O objetivo do Selo é contribuir para a melhoria da saúde dos funcionários e familiares, orientando e estimulando o consumo de alimentos considerados saudáveis e a prática de atividades físicas.

§ 2º O Selo ora instituído poderá ser outorgado a entidades governamentais e sociais e empresas públicas que adotem as práticas indicadas no *caput* deste artigo.

§ 3º O Selo terá a validade de 01 (um) ano, podendo ser revogado a qualquer tempo dentro desse período, caso os requisitos de sua concessão deixem de ser atendidos.

Art. 2º Para requerer o Selo Empresa Saudável a empresa terá que comprovar a adoção de medidas que envolvam:

I - oferecimento de opções de alimentação saudável e para necessidades especiais no cardápio oferecido pela empresa;

II - desenvolvimento de cursos e palestras sobre a importância do consumo de alimentos considerados saudáveis;

III - promoção de projetos que envolvam a educação alimentar e o estímulo à prática de atividade física;

IV - realização de parcerias com entidades públicas ou privadas envolvendo o objeto desta Lei.

Art. 3º As empresas de Mato Grosso obtentoras do Selo ficam autorizadas a utilizar a informação e a marca gráfica do Selo Empresa Saudável em suas peças publicitárias, embalagens de produtos e sítio eletrônico.

Art. 4º VETADO.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 07 de julho de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

MAURO MENDES

Governador do Estado